



As Mudanças que Precisamos para o Futuro que Queremos

Recomendações da CIDSE para a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), 20-22 Junho 2012

} Rumo ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza

} Atacar as causas estruturais da insustentabilidade

} Tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade para todos

Introdução

O mundo está numa encruzilhada. A crise ambiental agrava-se, com o aumento e a ameaça ainda por resolver das alterações climáticas a terem já um impacto sobre as comunidades mais vulneráveis e menos responsáveis. Tendências positivas em relação à erradicação da pobreza estão ainda em contradição com a persistência de uma grave desigualdade entre estados, e dentro dos Estados. O progresso parcial que foi feito está ameaçado pela confluência das crises mundiais de alimentos, energia, clima, finanças e economia.

A Conferência Rio+20 é uma oportunidade fundamental para desenvolver o legado da histórica Declaração do Rio de 1992 do Plano de Ação Agenda 21, que abriu caminho às políticas de desenvolvimento sustentável, e para dar uma resposta estrutural aos desafios atuais. É também um momento oportuno para a comunidade internacional, vinte anos após a primeira Cimeira da Terra, avançar para um caminho credível e eficiente para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Os resultados da Conferência Rio+20 devem garantir a prossecução dos direitos humanos (incluindo os das gerações futuras), a sustentabilidade, a participação plena e igual dos cidadãos, bem como o respeito pela transparência, responsabilização e não-regressão dos progressos realizados. Uma abordagem baseada nos direitos implica uma maior responsabilização dos estados e das entidades privadas, bem como padrões mais elevados de participação, que devem ser refletidos no Documento Final.

Quais as medidas para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza?

Embora o conceito de uma economia verde tenha contribuído para debates estimulantes sobre a necessária transição dos insustentáveis modelos económicos, ele também tem falhas fundamentais. Não consegue resolver os problemas estruturais, tais como os níveis gerais de consumo de recursos com base na procura do crescimento e da concentração do poder nos mercados. Além disso, tem pouca consideração pela equidade social, ao mesmo tempo que a natureza é essencialmente vista através de uma lente de investimento.

Alguns aspetos de uma economia verde podem dar certamente um contributo significativo para o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, há questões profundas sobre a compatibilidade de certas abordagens propostas no âmbito de uma economia verde com as referências da ONU sobre desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e os direitos humanos.

A Conferência Rio+20 não pode aprovar um conjunto de propostas vagas sobre a economia verde como a principal estratégia futura para alcançar o desenvolvimento sustentável. Para a CIDSE, qualquer pacote de políticas e de medidas para reorientar a economia para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza deve explicitamente respeitar os princípios abaixo.

Para apoiar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, as medidas têm de:

- Ter em consideração todos os três aspetos do desenvolvimento sustentável: impactos ambientais, económicos e sociais;
- Respeitar todos os direitos humanos, incluindo os das comunidades, trabalhadores e cidadãos afetados pelas medidas propostas;
- Basear-se nos princípios formulados na Declaração do Rio de 1992 (como o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada, ou o princípio da precaução);

- Dar igual atenção aos dois pilares de eficiência da produção e de suficiência do consumo, questionando os modelos económicos baseados no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que levaram às atuais crises ambientais;
- Ser justo e equitativo para os países em desenvolvimento, dando prioridade às tecnologias, abordagens e empresas sustentáveis locais, a fim de alargar os benefícios sociais.

Abordar as causas estruturais da insustentabilidade

É necessário atacar as causas estruturais dos padrões de desenvolvimento desiguais e insustentáveis, principalmente as crises convergentes das alterações climáticas, da insegurança alimentar, da desigualdade económica crescente e da desigualdade de género.

Para a CIDSE, a Conferência Rio+20 deve fornecer a base de lançamento para a ação internacional nas seguintes áreas, onde estão a faltar instrumentos à escala global:

Segurança alimentar

O aumento da produção mundial não se traduz automaticamente em segurança alimentar. Essa interpretação limitada do problema levou à revolução verde e aos seus resultados paradoxais: entre 1967 e 2007, o rendimento das culturas cresceu 115%, e hoje produzimos 17% mais calorias por dia por pessoa do que há 30 anos. No entanto, este modelo de produção industrial não tem sido uma panaceia para a erradicação da fome e está a causar significativos danos ambientais irreversíveis, contribuindo para as alterações climáticas e pondo em perigo a capacidade futura de produção de alimentos do planeta.

Focar na liberalização do comércio com uma “intensificação sustentável” e nas soluções de mercado é limitar, e é uma falha em reconhecer o papel da nossa gestão fragmentada dos alimentos, a falta de apoio público aos pequenos produtores de alimentos e aos seus sistemas, e a falta de posse segura da terra, água e outros recursos que são vitais para os agricultores. Os problemas da distribuição e do acesso aos alimentos também devem ser considerados.

O setor agrícola foi reduzido à função industrial de servir os interesses económicos e os mercados globais; é necessário reorientar o setor para o serviço da sociedade. Para isso, devemos realocar os nossos sistemas de produção de alimentos, ampliando os modos agroecológicos de produção de alimentos, e desafiar os nossos modelos de produção e de consumo.

Alterações climáticas

As alterações climáticas devem ter um tratamento muito mais forte nos resultados da conferência. A crise climática é um dos indicadores que definem os nossos atuais modelos insustentáveis, e os desafios no combate às alterações climáticas são ilustrativos dos desafios envolvidos na mudança desse modelo. Até agora, as ações para limitar as emissões crescentes são insuficientes para evitar os piores cenários de alterações climáticas, e as medidas de adaptação têm de ter mais atenção para reduzir os impactos sobre as pessoas mais vulneráveis.

A conferência Rio+20 deve comprometer-se com um aumento dos níveis de ambição para lidar com a mitigação e adaptação do clima na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) e ir mais além. Também deve lançar ações adicionais e complementares rumo a modelos de desenvolvimento de baixo carbono no curto, médio e longo prazo.

Igualdade de acesso para homens e mulheres

As mulheres são a maioria das pessoas que vivem na pobreza, e desempenham um papel central como agentes de mudança nas suas famílias e comunidades. Precisamos, portanto, de garantir a participação das mulheres nos processos decisórios e de assegurar que as mulheres tenham igual acesso à educação, ao emprego e aos recursos, à terra e à posse, bem como à justiça.

O resultado da Rio+20 deve promover a justiça de género e estar em consonância com o conteúdo da Agenda 21, da Declaração de Pequim e da Convenção do Comité para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

Setor privado

Quando adequadamente regulado, o setor privado pode ser um ator importante em relação à transição das nossas economias para o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e o respeito pelos direitos humanos. As empresas pequenas e informais constituem uma parte significativa do setor privado e são uma fonte de rendimento e de emprego para milhões de pessoas pobres. O seu contributo para o desenvolvimento deve ser explicitamente reconhecido no Documento Final da Rio +20.

Empresas pequenas e informais devem receber o apoio merecido para que possam contribuir plenamente para o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, as empresas transnacionais representam apenas uma pequena parte do setor privado. No entanto, elas comandam a maior quantidade de recursos e de poder, inclusive através de subsídios e do acesso político privilegiado. As empresas transnacionais têm de ser devidamente regulamentadas para que alterem as práticas exploradoras e insustentáveis e que sejam mais transparentes de forma a mostrar como eles estão a contribuir para o bem comum, o desenvolvimento sustentável e o respeito pelos direitos humanos.

Precisamos de uma regulamentação adequada e de relatórios corporativos obrigatórios sobre os impactos sociais, ambientais e sobre os direitos humanos das empresas transnacionais no seu país de origem e no exterior, ao mesmo tempo que o papel das empresas pequenas e informais deverá ser promovido.

Finança

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso acabar com a opacidade do sistema financeiro, que reduz os recursos financeiros dos países. Os paraísos fiscais devem ser erradicadas e temos de assegurar uma maior transparência e fiabilidade dos dados financeiros para evitar a evasão fiscal.

Temos de regular os mercados financeiros para acabar com a especulação e reorientar o setor financeiro para que conceda crédito às atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Um novo quadro para a cooperação em matéria de supervisão bancária internacional e a regulação dos mercados de mercadorias são algumas das questões importantes a serem abordadas a este respeito.

Temos de introduzir mecanismos financeiros novos e inovadores para desencadear mudanças estruturais e sistémicas que levem ao desenvolvimento sustentável. A reforma da tributação, a remoção de subsídios aos combustíveis fósseis e um mecanismo global de preços do carbono para o setor de transporte internacional são necessários para desencorajar a atividade prejudicial na economia real e no setor financeiro, refletindo os custos verdadeiros para o ambiente e para a sociedade, contribuindo ao mesmo tempo para uma maior equidade. A Comissão Europeia tem assumido a liderança na sua proposta dum Imposto sobre Operações Financeiras (FTT) no seio da Europa, como um passo para um FTT global. Uma parte substancial das receitas resultantes devem ser destinadas aos desafios globais da erradicação da pobreza e das alterações climáticas.

Tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade para todos

Um quadro de referência para o desenvolvimento sustentável

As instituições internacionais devem abordar as complexidades e interligações entre os três pilares do desenvolvimento sustentável. A CIDSE acredita que os desafios de implementação da agenda do desenvolvimento sustentável caminham lado a lado com os desafios enfrentados no caminho até à meta de 2015 para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e depois dela.

Precisamos de ter uma estrutura global de desenvolvimento com recursos suficientes até 2015, com compromissos a serem implementados de uma forma juridicamente vinculativo, que defenda o direito internacional e respeite os direitos humanos, incluindo os das gerações futuras.

- Este quadro deverá abordar os desafios interligados da erradicação da pobreza, da sustentabilidade ambiental, das desigualdades económicas, da igualdade de género, das alterações climáticas, da resiliência, da distribuição equitativa dos recursos naturais limitados, e garantir os direitos humanos e a igualdade. Deve garantir a coerência das políticas com os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável nas áreas do desenvolvimento, da agricultura, do comércio, das finanças, do investimento e do setor privado;
- Esse quadro deve ser formulado num processo aberto, transparente e inclusivo, fazendo um esforço especial para envolver as mulheres e homens que vivem na pobreza, em particular aqueles que experimentam a marginalização, como as pessoas com deficiência e os povos indígenas. Devem ser tiradas lições dos muito criticados processos de formulação e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- O quadro deve incluir compromissos claros que possam ser traduzidos em metas e indicadores nacionais, e mesmo ao nível da comunidade, bem como claros compromissos operacionais, incluindo requisitos de informação discriminada por género, a obrigatoriedade de realizar avaliações de impacto sobre os direitos humanos e consultas públicas. Deve tornar as entidades públicas e privadas legalmente responsáveis pelas suas ações no cumprimento ou incumprimento dos compromissos assumidos;
- A estrutura deve respeitar o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, mas sendo universalmente vinculativo, com obrigações para todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, e incluir um calendário claro, que sublinhe a urgência de implementação de caminhos sustentáveis para garantir o bem-estar das gerações presentes e futuras.

Medir o que interessa: Para além do PIB

O PIB é atualmente o principal indicador de crescimento. Ele conta apenas o valor monetário de todos os bens e serviços que foram produzidos para consumo final, ao longo de um ano. Não inclui, por exemplo, o trabalho não remunerado em casa, o cuidar dos outros, o trabalho voluntário não remunerado, todo o setor informal nos países em desenvolvimento, a solidariedade social, o lazer e a saúde, a educação, a boa governação e a liberdade de participação. A função fundamental da economia é servir o bem-estar das pessoas e do ambiente, e é por isso que devemos rever os parâmetros que medem a sua saúde.

Para valorizar um conjunto mais amplo de fatores com influência significativa no bem-estar social e ecológico, devemos rever as definições de crescimento e desenvolver indicadores complementares ao PIB.

Conclusão

Temos de assegurar que os resultados da Rio+20 sejam tão ambiciosos quanto possível. Como aliança internacional de 16 organizações membros e parceiros em todo o mundo, a CIDSE está a intensificar esforços para alcançar um mundo mais justo e sustentável. A mudança também começa por nós, e estamos empenhados em trabalhar com comunidades de fé e da sociedade civil, na Cimeira dos Povos sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro e depois disso, como agentes de um futuro sustentável.



Membros da CIDSE



Áustria



Bélgica



Bélgica



Canadá



Inglaterra e
País de Gales



França



Alemanha



Irlanda



Itália



Luxemburgo



Holanda



Portugal



Escócia



Espanha



Suiça



Estados Unidos

Publicado em Maio 2012 pela CIDSE, Rue Stévin 16, 1000, Brussels, Belgium

Imagem da capa: © Davide Mazzoran - Contato: Denise Auclair, [auclair\(at\)cidse.org](mailto:auclair(at)cidse.org), +32 (0)2 233 3758

Este document está disponível em www.cidse.org/resources em Inglês, Francês, Italiano, Espanhol e Português